

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS PEDREIROS-LIVRES: A MAÇONARIA E A ATUAÇÃO DOS MAÇONS PARAENSES (1870-1917)¹

Alan Christian de Souza Santos²

Resumo: O intuito deste trabalho é refletir acerca da atuação dos maçons na sociedade paraense do final do século XIX e início do XX considerando os elementos agregadores de uma nova identidade social, construída paulatinamente através de um processo histórico no qual a maçonaria se fez presente sem guardar muito segredo. Pretende-se abordar a organização da imprensa maçônica de Belém do Pará durante os episódios da *Questão Religiosa* e ao mesmo tempo demonstrar que a atuação maçônica não se resume aos bastidores do conflito com a Igreja, mas perpassa o momento de fortalecimento da causa abolicionista e republicana e se estende até a consolidação do novo regime. O que demonstra que a instituição maçônica não existe num mundo à parte no universo social.

Palavras-Chaves: maçonaria, imprensa, construção social.

Abstract: The purpose of this paper is to reflect on the role of freemasons in society paraense the end of the nineteenth century and beginning of XX considering the elements aggregators of a new social identity, built gradually through a historical process in which the masonry was present without save much secrecy. It addresses the organization of the press masonic of Belém do Pará during the episodes of Religious Issue and the same time show that the masonic practice is not restricted of the conflict with the Church, but permeates the time to strengthen the abolitionist cause and Republican and runs to the consolidation of the new regime. Which shows that the institution masonic not exist in a world from the social universe.

Keywords: masonry, press, social construction.

AS LUZES/TREVAS DA MAÇONARIA SOBRE BELÉM DO PARÁ

Durante a celebração da missa um fato impressionara à A. J. Pereira: o sacerdote parecia estar mais atento aos seus movimentos do que ao evangelho lido. Na verdade, antes mesmo do ritual se iniciar o padre se esforçara para convencer a todos os presentes que A. J. havia abandonado a religião cristã para seguir outra lei prejudicial a todos. Foi assim então que ele recebeu a alcunha de *maçom*. A princípio por causa do vestuário que não se assemelhava aos demais. Em seguida por observarem nele certa semelhança no gosto da barba com outro sujeito apontado como *maçom*.

Diante das circunstâncias, A. J. Pereira sentira vontade de declarar que era bom cristão, afinal procurava fazer da religião uma de suas riquezas no mundo. Tudo isso, pensava

¹ O texto apresentado é um resumo da monografia “*A propagação das luzes: a maçonaria de Belém do Pará na década da questão religiosa (1870)*” e uma mostra parcial do projeto de pesquisa em andamento que leva o título deste artigo.

² Graduado em História e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará onde conta com bolsa de pesquisa da CAPES.

ele, talvez com mais veneração que muitos sacerdotes envolvidos em ações vergonhosas as quais serviriam apenas para comprovar sua má índole e nenhuma religião. Contudo, não sabendo exatamente o que fazer para mudar a situação foi obrigado a se dirigir até a cidade vizinha. Num dado momento do percurso se deparou com um grupo de pessoas que lhe obstruíam o caminho. Ao pedir passagem teve sua voz reconhecida e viu diante de si a formação imediata de uma espécie de paredão - como se fosse necessário encostar para nele não esbarrar. Houve ainda um diálogo no qual uma senhora e uma jovem falaram não sobre a pessoa de A. J., mas sobre a figura do *maçom*: “Se eu tivesse uma filha e ele a pedisse, nem que me dotasse com a maior riqueza do mundo eu lhe daria por esposa. Casar com um maçônico, vá de retro satanás”. Cansado de ouvir tantas calúnias, A. J. Pereira seguiu seu destino (MAGALHÃES, 1872,113-114) ³.

Esta história relatada e protagonizada com ares de romance por A. J. Pereira durante a segunda metade do século XIX em Portugal poderia facilmente ser associada a tantas outras vivenciadas por maçons do mesmo período em diferentes localidades. Mas, afinal, seriam eles tão perigosos como se pensava ou apenas compreendidos erroneamente por grande parcela da sociedade?

O fato é que ainda hoje o *ser maçom* suscita dúvidas, curiosidades e muitos olhares pré-concebidos. A vaga noção de *sociedade secreta* além de despertar o grande interesse do mercado editorial e cinematográfico, parece engendrar em si mesma definições a respeito do que seria a maçonaria. O mistério e o sigilo existiriam em função da posse de uma espécie de conhecimento esotérico sobre os segredos da humanidade, adquirido e preservado de geração em geração. Não são poucos os que se debruçam no afã de desvendar estes segredos. Assim, não é de admirar o considerável número de lendas, mitos e boatos que circundam a instituição maçônica. No fundo, todos provenientes da suspeita quanto ao segredo que ela abriga. Porém, o que não se pode deixar de observar é que existem outras formas de pensar a maçonaria. Uma delas é considerando o contexto histórico no qual é praticada, bem como as relações que são estabelecidas com o restante da sociedade.

Uma recente historiografia vem dando conta de analisar a maçonaria a partir de suas relações com o meio social sem se preocupar em fazer apologia ou construir uma imagem negativa da instituição. Destacamos os nomes e trabalhos de Alexandre Mansur Barata, Eliane Collusi, Marcelo dos Reis Tavares, Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza que superaram as dificuldades imediatas de obtenção de fontes recorrendo e apontando a

³ Texto extraído e adaptado.

existência de uma documentação de domínio público que pode ser consultada e revestida em suporte básico para estudos mais específicos como os jornais, revistas, obras literárias, fundos legislativos, boletins das *potências* maçônicas, etc., demonstrando ser possível e proveitoso para a historiografia brasileira debruçar-se um pouco mais sobre a maçonaria como tema de pesquisa. Além destes, é muito importante situar também o trabalho antropológico de Patrícia Inês Garcia de Souza a despeito das particularidades e transformações do *campo maçônico* em Belém do Pará.

Falando sobre plena liberdade e igualdade de todos os cultos, abolição da Igreja oficial e sua separação do Estado, o direito de um ensino laico, a instituição do casamento civil obrigatório, registro civil dos nascimentos e óbitos, secularização dos cemitérios e sua administração pela municipalidade, o artigo *Liberdade de Culto* publicado no periódico maçônico paraense *O Pelicano* insistia na convocação e participação dos “cidadãos brasileiros” na adesão ao documento que seria encaminhado à Assembléia Legislativa (O PELICANO, 1874, p.1). Estava em jogo uma visão de mundo que naquele momento se contrapunha à realidade política imperial e ao conservadorismo católico. Desta forma, nos interessa perceber como se deu a atuação dos *pedreiros-livres*⁴ na sociedade paraense do final do século XIX e início do XX.

Para a historiadora Eliane Lucia Colussi a Maçonaria se instalou no Brasil nos primeiros anos do século XIX e, embora sua participação não tenha sido analisada suficientemente, é muito difícil referir certas conjunturas sem mencionar a atuação maçônica. Segundo ela, os exemplos seriam muitos e perpassariam pela “independência, a abdicação de D. Pedro I, a difusão do pensamento liberal no Brasil, a questão religiosa, a luta pela separação Estado/Igreja, o abolicionismo, o movimento republicano e outros” (COLUSSI, 1998, p.38).

No Pará, o estabelecimento da primeira loja maçônica no estado foi descrito por Manoel Barata. Segundo ele, a *Loja Tolerância* foi instalada em Belém no dia 22 de janeiro de 1831 e obteve regularização em 19 de dezembro do ano seguinte (BARATA, 1976, p. 343-349). O presidente da província, Barão de Itapicurumirim, aprovava sua chegada e muitos militares, políticos e religiosos se filiaram à loja. Manoel Barata destaca também a postura do cônego Batista Campos que supostamente após ter impugnado sua proposta de filiação, promoveu verdadeira campanha contra a maçonaria, associando-a, por vezes, a cultos satânicos. O relato prossegue com o episódio responsável pela extinção da *Loja Tolerância*.

⁴ Expressão sinônima de maçom.

Durante a *Cabanagem*⁵ os maçons foram atacados por serem identificados como defensores dos poderes centrais do Império, sendo que a loja acabou sendo saqueada e “aniquilada” em 1835. Estes dados mostram que a primeira experiência maçônica no estado do Pará não foi bem sucedida. E não apenas isso, de acordo com Patrícia Inês Garcia de Souza, eles evidenciam também a forte presença de um grupo social dominante no seio da maçonaria paraense desde sua gênese (SOUZA, 2006, p. 38).

A instituição maçônica só voltaria a se estabelecer oficialmente na capital paraense no ano de 1857 com a fundação das lojas *Firmeza e Humanidade n°01* e *Harmonia e Fraternidade n°09*. O interessante é que Patrícia de Souza afirma que ambas as lojas citadas tiveram intensa atuação e participação política em lutas pelo estabelecimento da República e Abolição da escravatura. A autora considera ainda que a maioria dos dirigentes políticos desse período estavam ligados aos quadros da maçonaria, cabendo destaque a nomes como Lobo de Souza e, mais tarde, Lauro Sodré (*Ibid.*, p.39).

Durante a segunda metade do século XIX, principalmente com o *boom* da comercialização da borracha a partir da década de 1870, Belém experimentou um grande desenvolvimento social, político, cultural e tecnológico vivenciando a chamada era da *Belle Époque* paraense. De acordo com Nicolau Sevcenko, nos anos 1870 as idéias em voga na Europa influenciaram a intelectualidade brasileira e conseqüentemente o debate em torno dos caminhos que o país deveria seguir até a virada do século, dando margem para que se questionasse a sociedade estruturada pelo Império com grande pressão em torno da causa abolicionista e republicana (SEVCENKO, 2003, p.97). Mas este período também corresponde ao início da *Questão Religiosa* que nacionalmente contrapôs o Estado e a Igreja, tornando evidente a discrepância que havia entre os posicionamentos católicos e aqueles defendidos por setores liberais, dentre os quais se destacava a maçonaria. Sendo este, portanto, um momento singular também de sua história.

O bispo de Belém do Pará, D. Macedo Costa, era um dos expoentes da elite clerical mais conservadora conhecida como *ultramontana* e insistia em condenar em sua diocese - mesmo sem o *benelácito* do Imperador - os chamados *erros modernos* definidos pelo papado. A partir do momento em que a maçonaria é apontada como um destes erros, o que se percebe é uma movimentação de maçons no objetivo de mostrar publicamente as bases sobre as quais a instituição estava assentada, fazendo com que uma parcela significativa de seus

⁵ Movimento acontecido no Pará e que integra as chamadas revoltas do período regencial. A Cabanagem reuniu diversas categorias sociais, com ampla participação da população mais miserável contra a intervenção da Corte no governo paraense. Os líderes eram fazendeiros e pequenos proprietários. Alguns defendiam a ruptura total com o Império.

agentes tomasse posicionamento diante da sociedade civil. Sem dúvida, estes maçons estavam na briga para controlar ou manter uma espécie de *poder simbólico* que torna possível a construção da realidade e tende ao estabelecimento de uma ordem por meio da concordância das inteligências (BOURDIEU, 2002, p.9). Assim chama atenção o papel desempenhado pela *imprensa* maçônica. Não raro, ela tentava dar sentido social a existência da maçonaria, com afirmações que ora reivindicavam prestígio a uma “instituição útil e humanitária” e ora estampavam uma luta “contra o jesuitismo, do progresso contra a superstição, da liberdade de consciência contra a autocracia de opinião” (O PELICANO, 1872, p.1-3), claramente fazendo contraposição aos posicionamentos do catolicismo conservador. Carlos Rocque analisando a história da imprensa de Belém durante o Império destaca o “excelente corpo de redatores” de *O Pelicano* (ROCQUE, 2001, p.69). Mas este não foi o único periódico de inspiração maçônica a circular na capital paraense, existiram ainda, porém com caráter mais breve, *A Flamígera* (1873) e *O Filho da Viúva* (1873). Sendo assim, é possível observar nestes jornais uma dupla finalidade, isto é, ao mesmo passo em que informavam, divulgavam e promoviam notícias, construíam também relações sociais através da comunicação de propostas políticas (FARIAS, 2005, p.35).

Outro aspecto interessante de ser mencionado diz respeito ao fato da maçonaria não ser homogênea e dos maçons não serem iguais em seus interesses. Isto é, alguns sujeitos ligados à maçonaria realmente participaram de campanhas para a libertação de escravos, mas nem por isso pode-se dizer que todos os maçons eram abolicionistas. Alguns foram personagens centrais da história republicana, mas outros morreram defendendo a Monarquia. Neste último caso, torna-se muito interessante o exemplo de Tito Franco de Almeida. Este maçom paraense foi uma das figuras mais expressivas da era imperial como jurista, orador, jornalista e parlamentar. Destacava-se por suas fortes convicções políticas através das quais presenciou a chegada do regime republicano defendendo ainda a causa monárquica até o dia de sua morte em 1899. Em suas obras, Tito Franco deixa evidente sua influência pelo pensamento liberal, mas diferentemente dos redatores de *O Pelicano* procurava sustentar a harmonia e união das liberdades civis e políticas, temporais e religiosas. A completa separação entre Igreja e Estado, segundo ele, não resolveria os problemas, pois o religioso tenderia a intervir ainda mais no civil e político (ALMEIDA, 1874, p.11). O posicionamento de Tito Franco de Almeida demonstra, portanto, uma complexidade em meio às relações sociais estabelecidas pelos maçons, tornando as generalizações frágeis e perigosas. Contudo, o mais interessante é que estas contradições fazem parte da constituição e das construções sociais do *campo maçônico*.

Patrícia de Souza pode nos ajudar a compreender melhor esta realidade. Segundo ela, a maçonaria institui valores em seu maçom, mas este capta somente alguns traços desse *habitus* (formado por *lugares* como moral, política, filantropia, simbolismo, segredo, etc.), obviamente, os que mais lhe interessam. De modo que cada maçom movimenta-se de uma forma e em busca de um *capital simbólico* específico dentro do *campo*, sendo estas trajetórias, estratégias e interesses o motivo de transformação do próprio *campo* (SOUZA, *op. cit.*, p.15-17).

A historiografia descomprometida⁶ que vem surgindo no âmbito nacional e que aborda o tema a partir de 1870 confirma a idéia de que houve neste momento uma redefinição das atividades maçônicas em todo o Brasil. Até por que a própria maçonaria como instituição esteve dividida entre os anos de 1863 a 1883⁷, quando existiu o Grande Oriente do Brasil do Lavradio, de postura branda e conservadora sob influência da maçonaria inglesa e liderança do Visconde do Rio Branco; e o Grande Oriente do Brasil dos Beneditinos ligada à tradição maçônica francesa, liderada pelo signatário do Manifesto Republicano, Saldanha Marinho, que não se contentava com uma atuação da maçonaria apenas na área filantrópica e reivindicava sua participação em processos políticos e sociais.

Para Alexandre Mansur Barata a maçonaria se apresenta como defensora das luzes por ser herdeira do discurso ilustrado do século XVIII. Por essa via, os debates maçônicos de algum modo acabavam visando intervir nos problemas sociais (BARATA, 1999, p.117) e as instâncias mais claras dessa intervenção seriam: a imprensa, a prática da filantropia interna e externa, o setor educacional e o Parlamento. Já pontuamos algumas questões relativas à imprensa, mas para reforçar ainda mais sua importância destacamos um conflito acontecido em Portugal de características muito semelhantes à Questão Religiosa, onde o jornal *Echo de Roma* publicou vários artigos contrários à maçonaria, cumprindo uma função muito semelhante àquela desempenhada no Pará pelo periódico *A Boa Nova*. Todavia, o que verdadeiramente chama atenção são as recomendações aos “excellentísimos e reverendíssimos Senhores Bispos do Rio de Janeiro e Pará” e as menções de “declamações virulentas e as ímpias doutrinas dos *maçães paraenses*” (GUIMARÃES, 1872, p.8-36), demonstrando que de algum modo os acontecimentos da dita querela religiosa em Belém tiveram uma repercussão além-mar.

⁶ Neste sentido, é interessante verificar a classificação feita por Eliane Collusi com relação às obras que tratam da maçonaria. Segundo ela existiriam: autores descomprometidos, subdivididos em acadêmicos e não-acadêmicos ou tradicionais; e os comprometidos, maçons e anti-maçons. Ver: COLUSSI, 1998, p. 22.

⁷ Experimentando uma rápida unificação entre os meses de maio e setembro de 1872 por conta dos acontecimentos da Questão Religiosa.

A prática filantrópica pode ser pensada do ponto de vista da ajuda-mútua praticada entre os membros da maçonaria, porém de igual modo pode nos levar a considerar uma esfera pouco refletida em relação à atuação maçônica, isto é, o contato com setores menos favorecidos da sociedade. Uma discussão que perpassa o envolvimento de maçons na libertação de escravos e a fundação de sociedades filantrópicas e escolas sustentadas pelas lojas. Eliane Collusi afirma, por exemplo, que a preocupação com o setor educacional era um ponto central da propaganda anticlerical maçônica, pois na medida em que se defendia via-se também a prática do ensino laico (COLUSSI, *op. cit.*, p.405). Ainda na década de 1870 *O Pelicano* assinalava a existência da Escola da Infância Desvalida, criada e mantida pela Loja Harmonia em favor da instrução popular (O PELICANO, 1874, p.3). Alexandre Barata assinala a existência em 1922 de 08 escolas sustentadas pela maçonaria no Pará, no total de 205 alunos (BARATA, *op. cit.*, p.141). Neste sentido é preciso considerar e redimensionar o olhar historiográfico sobre o significado de tais tramas sociais.

A esfera parlamentar, aparentemente mais ligada ao mundo da política dirigente, contava com alguns nomes de destaque como os de Tito Franco de Almeida, Justo Chermont, Antônio Lemos e Lauro Sodré. Analisar, não as grandes histórias ou grandes feitos destes sujeitos, mas como o *ser maçom* lhes afetava o pensar e o agir é o desafio eminente. De outro modo, é tentar perceber a representatividade existente na proximidade da maçonaria paraense com os meios burocráticos, bem como as suas implicações para com o restante da sociedade civil. É neste momento que a trajetória de Lauro Sodré ganha notoriedade. De acordo com Patrícia de Souza, a fase áurea da economia da borracha contribuía para que a maçonaria paraense tivesse um bom prestígio a nível nacional (SOUZA, *op. cit.*, p.54). O que possivelmente mantém relação com a eleição de Lauro Sodré para o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil em 1904.

Em síntese, com o auxílio de determinadas fontes e historiografias é possível identificar algumas das áreas de atuação dos maçons no Pará. Ora, se a maçonaria não vive à margem do mundo social, qual seria então o seu lugar dentro dele? Para o desvendar deste “segredo” é fundamental que se considere a maçonaria em sua dimensão plural, com propostas de *construções sociais* tão variadas quanto os interesses dos diferentes tipos de maçons que compunham a sociedade paraense na virada do século XIX para o XX. Os vestígios provam ser possível contar essa história. Como diria Eric Hobsbawm “não podemos pedir ao passado respostas diretas para quaisquer perguntas que já não tenham sido feitas, embora possamos usar nossa inventividade como historiadores para ler respostas indiretas naquilo que ele deixou para trás” (HOBSBAWM, 1998, p.50). Quem nunca se perguntou

sobre o que seria a maçonaria e qual a sua finalidade? A resposta para esta pergunta, por perpassar o domínio temporal e a dinâmica social, deve ser contada também – e talvez principalmente – por historiadores, a fim de que se obtenha bem mais que um conhecimento curioso sobre o passado e sobre a instituição maçônica.

BIBLIOGRAFIA

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 – 1910)*. Campinas: Unicamp/Centro de Memória Unicamp, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando ramos de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

FARIAS, William Gaia: *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Tese (Doutorado em História Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOREL, Marco.; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ROCQUE, Carlos. *História geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: DistribeL, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. O exercício intelectual como atitude política: os escritores-cidadãos. In: *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Patrícia Inês Garcia de. *Buscadores do sagrado: as transformações da Maçonaria em Belém do Pará*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP, 2006.

TAVARES, Marcelo dos Reis. *Entre a cruz e o esquadro: o debate entre a Igreja Católica e a Maçonaria na imprensa francana. (1882-1901)*. Dissertação (Mestrado em História social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista. Franca/SP, 2006.

FONTES

ALMEIDA, Tito Franco de. *A Igreja no Estado: estudo político-religioso*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1874.

BARATA, Manoel. A primeira loja maçônica no Pará. In: *Formação histórica do Pará*. Belém: UFPA, 1973

GUIMARÃES, J. A. Teixeira de Freitas. *A maçonaria desmascarada ou collecção dos artigos do Echo de Roma*. Porto: Imprensa popular de Mattos Carvalho & Vieira Paiva. 1872.

MAGALHÃES, A. J. Pereira. *O maçom, terror das raparigas ou episódios d'uma viagem*. Porto: Typographia da Casa Real, 1872.

O Pelicano – periódico dedicado à defesa da Maçonaria, bem como ao estudo e discussão de assuntos científicos, literários, artísticos, industriais e noticiosos, exclusive somente os políticos e religiosos. Belém (1872-1874).